

Grupo de trabalho para análise da problemática dos incêndios florestais

22 de janeiro de 2014

Ordem de trabalhos:

Audição: *Srs. Profs. Doutores Francisco Rego (Instituto Superior de Agronomia)* e José Miguel Cardoso Pereira (Instituto Superior de Agronomia), e Eng.º António Louro (Vice-Presidente do Município de Mação).

SEM REVISÃO FINAL

O Sr. **Coordenador** (Guilherme Silva): — Vamos começar os nossos trabalhos, dos quatro convidados estão só dois, um chega mais tarde, vem de Coimbra e outro está retido num acidente.

Srs. Deputados, foi feita ontem circular a distribuição de uma listagem das entidades a ouvir. Se, entretanto, entenderem que há qualquer aditamento a fazer, sugiram-nos. Muito obrigado.

Vamos dar início aos trabalhos. Quero, antes de mais, agradecer a disponibilidade dos senhores Professores, de virem a este grupo de trabalho, e dar uma nota relativamente àquilo que são os nossos objetivos: este grupo de trabalho foi constituído pela iniciativa da Sr.^a Presidente da Assembleia da República, atenta a relevância desta matéria e o ano problemático que tivemos em matéria de incêndios florestais em 2013 e pretendeu-se com este grupo paritário, com a representação de todos os grupos parlamentares, procurar encontrar aqui — com a ajuda, naturalmente, de especialistas, e o vosso contributo decerto que vai ser importante para isso — alguma reflexão do ponto de vista da necessidade de providências legislativas que tornem mais eficazes os meios de prevenção e de combate aos fogos florestais, mas também medidas que se possam recomendar ao Governo no mesmo sentido.

A metodologia desta reunião é a seguinte: dar-se-ão cinco minutos a cada Grupo Parlamentar para colocar questões sobre as quais pretendam ouvir as vossas posições, os vossos contributos e, portanto, começo por dar a palavra à Sr.^a Deputada Helena Pinto. Faça favor.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr. Coordenador, hoje invertemos a ordem, para o PS.

O Sr. **Coordenador**: — Muito bem. Sr. Deputado Miguel Freitas, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Começo por agradecer a presença dos Srs. Professores, é sempre um gosto, duas pessoas que trabalham nesta matéria há muitos anos e naturalmente tenho um conjunto de questões que gostava de colocar. A primeira tem a ver com um artigo que foi escrito pelo Sr. Prof. José Cardoso Pereira com o Tiago Oliveira, onde defendem a necessidade de um dispositivo de prevenção. Não sei se aquilo que pensa é o regresso à PIF (Plano Integrado Florestal) — ou se existem outras formas de nos podermos organizar relativamente à questão da prevenção. O que é verdade é que nós reconhecemos e partilhamos da preocupação que, em termos de combate, nós conhecemos o dispositivo nacional e, em termos de prevenção, nós não conhecemos o dispositivo nacional e, portanto, a primeira grande questão que queria colocar tem a ver com a prevenção e a necessidade de haver ou não um dispositivo, sob que tutela é que dependeria esse dispositivo e de quem seria a sua coordenação.

A segunda questão tem a ver com o investimento. Todos os anos verificamos que em matéria de investimento, 80% é gasto em combate, 20% é gasto em prevenção. Como é que nós podemos reequilibrar este investimento em prevenção e combate?

Terceira questão: responsabilidade civil, aliás está muito em voga a responsabilidade, responsabilidade dos proprietários, até onde vai a responsabilidade dos proprietários e, já agora, com o conhecimento que existe por parte do Prof. Francisco Rego relativamente à gestão florestal — a responsabilidade não é apenas civil porque, no que diz respeito às questões relacionadas com as faixas primárias, há muita responsabilidade do próprio ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) —

a questão é se, a partir de agora, a GNR (Guarda Nacional Republicana) — também vai fiscalizar as áreas públicas e autuar o ICNF relativamente àquilo que não é feito por parte das entidades públicas e portanto, responsabilidade das diferentes entidades na execução do sistema que está previsto.

Execução da rede primária: qual é, na vossa opinião, a responsabilidade do ICNF nesta matéria? Conhecemos aquilo que está expresso no PNDFCI (Plano Nacional da Defesa da Floresta contra Incêndios) — eu gostava de saber se acham que a responsabilidade que está cometida neste momento ao ICNF é suficiente e se a rede primária, do vosso ponto de vista, é de facto a rede estruturante e deve ou não avançar a um ritmo mais acelerado.

Quinta questão: conceito de fogo de gestão e Plano Nacional de Uso do Fogo, era um comentário que gostava de ouvir.

Duas questões finais, uma quanto à formação, outra quanto à investigação.

Falamos muito de formação de bombeiros. Gostava de ouvir a vossa opinião sobre a formação dos outros agentes, isto é, nós «carregamos» sempre sobre a questão da Escola Nacional de Bombeiros, sobre a formação dos bombeiros e eu gostava de saber se, do vosso ponto de vista, o grande défice está na formação para o combate ou na formação para a prevenção.

Finalmente, a investigação — matéria que tem muito a ver com o vosso trabalho — do vosso ponto de vista, neste momento, existe em Portugal um trabalho de investigação que permita contribuir para avançarmos no domínio da prevenção e combate dos fogos florestais?

O Sr. Coordenador: — Sr. Deputado Pedro Lynce, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Muito obrigado Sr. Coordenador. Eu começava por congratular-me pela presença de dois ilustres técnicos, que não queria deixar de os afirmar, toda a estima e reconhecimento que tenho pelo vosso trabalho, nomeadamente trabalho de investigação, de professorado, etc., um reconhecimento e conhecimento do vosso *curriculum vitae*. Não havia tempo para ouvir toda a gente mas na seleção que foi feita pelo Sr. Coordenador e Sr. Relator, se há alguém que eu acho que nos pode ser extremamente útil são os meus dois colegas.

Isto é complicado, mas tem uma vantagem: os pontos que vamos focar são os mesmos, uma vez que já viemos numa série de audições — eu vou dividir o meu tempo com o meu colga Maurício — e nós fundamentalmente tínhamos falado em meia dúzia de pontos e talvez o único que eventualmente o Deputado Miguel Freitas não falou é o ordenamento, também gostávamos que fosse falado o ordenamento, porque o ordenamento, a prevenção, o uso do fogo controlado, a formação, a investigação... são tantos, mas não estou muito preocupado porque estou perfeitamente convencido que os meus colegas vão tocar nestes pontos todos. De qualquer maneira gostava de ouvir a vossa opinião, e por isso, reduzindo o meu tempo e não indo além dos dois minutos e meio, sobre o uso do fogo controlado, que — falta formação — tem sido feito muitas vezes por gente totalmente incompetente, mas com vontade de resolver um problema e eu limitava-me a dizer: gostava de vos ouvir. Com toda a sinceridade, o que é que acham, a arma em si do uso do fogo controlado e a competência que temos, ou não, para eventualmente avançarmos com esta situação.

Eu passaria já, se o Sr. Coordenador autorizar, ao meu colega Maurício Marques.

O Sr. **Coordenador**: — Sr. Deputado Maurício Marques, tem a palavra.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Peço os vossos contributos e agradeço a vossa presença aqui e, com certeza, que nos vão dar um contributo importante para que, nas conclusões, se possa fazer alguma coisa para atingir ou melhorar os nossos objetivos relativamente a esta matéria.

Já foram faladas algumas questões que eu, obviamente também subscrevo, de todo o modo ainda não foi falada aqui uma, penso que temos um problema de rentabilidade da floresta que levou a que as populações, cada vez mais, se afastem dela e há, normalmente, uma grande incidência de fogos em zonas que estão desertificadas ou quase, porque sabemos que, por um lado, o maior número de ignições — também é uma questão ligada à presença humana na floresta — o aumento da carga de combustível que ela contém deve-se à desertificação e à falta de rentabilidade da floresta e, por isso, eu gostaria de solicitar o vosso contributo. Como podemos aumentar a rentabilidade da floresta de forma a ter mais pessoas na floresta? Porque sabemos que se tivermos mais pessoas a trabalhar a floresta, provavelmente temos florestas mais limpas, mais rentáveis e mais cuidadas, e gostaria que nos ajudassem. Como é que podemos melhorar a rentabilidade da floresta e, por aí, contribuir até ao aumento de postos de trabalho, emprego, e cuidá-la mais? Vão me logo dizer que é uma questão de ordenamento, como o meu colega de bancada já disse, mas sabemos que a floresta não está ordenada, que é essencialmente privada e com pequenas parcelas, portanto temos aqui um problema de emparcelamento que foi já ensaiado e tem alguns exemplos bem sucedidos nas ZIF (Zona de

Intervenção Florestal) mas não foi completamente conseguido, até porque estamos em processo de alteração, portanto o que poderíamos fazer para que o emparcelamento fosse consolidado de forma a aumentar a prestação das ZIF?

Uma outra questão é o fogo controlado. Sabemos que há um excesso de combustível na floresta. De que forma é que nós poderíamos e deveríamos diminuir a carga de combustível na floresta? Houve uma estratégia de criação de centrais de biomassa para que elas próprias fossem geradoras de rentabilidade dos subprodutos da floresta e pensou-se, na altura, que viriam a tirar o mato da floresta. Efetivamente isso não foi bem conseguido, nós temos centrais de biomassa que neste momento não estão a utilizar o combustível, mas sim a madeira, que depois levanta um outro problema e, portanto, gostaria também de vos colocar esta questão.

Obviamente que os assuntos são muitos, mas deixo para os meus colegas que, com certeza, irão fazer a minha complementaridade. Muito obrigado Sr. Coordenador.

O Sr. Coordenador: — Sr. Deputado Abel Baptista, tem a palavra.

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): — Srs. Professores, é um gosto recebê-los, porque é um gosto aprender muito convosco, com as vossas opiniões e propostas.

Não vale a pena repetir o que já foi dito e já foi muita coisa questionada, portanto, não sei se teremos tempo suficiente para ouvir todos os esclarecimentos que já foram solicitados, mas acrescentaria dois ou três, que têm sobretudo a ver com a vossa atividade profissional.

Temos, infelizmente, no país, cada vez menos procura na área do ensino superior para a floresta, aliás há cursos de Engenharia Florestal que

estão desertos, portanto é uma questão que temos que encarar porque os problemas da floresta são muito diversos: o fogo é um deles, as doenças, o ordenamento, a falta de cadastro, mas há também uma questão social. A floresta, dizia o Deputado Maurício Marques, é uma questão de falta de rentabilidade, mas também, como dizia há uns anos um vosso colega da UTAD, «A floresta tem algumas atividades que não são socialmente relevantes, qual é a jovem que quer casar com um jovem pastor?», quer casar com um futebolista, uma outra figura que é socialmente muito mais relevante e, portanto, em termos de currículos e ensino, as Universidades também deviam aqui ter algum trabalho? Na minha opinião sim, mas esse trabalho, da Universidade, na área do planeamento, do projeto, da exploração... eu acho que há trabalho suficiente, feito na Universidade, para que isto aconteça.

No âmbito daquilo que é toda a questão florestal, há por parte do Estado e das empresas o aproveitamento do conhecimento científico que existe na Universidade? A Universidade tem sido chamada a dar o seu papel e contributo para toda esta questão, porque muitos de vós dão-no a nível individual, a nível de instituição, confesso que não noto, não sei se existe, daí perguntar. Isto é uma batalha e, quando o placar dos fogos florestais é um problema de todos, alguns não são chamados, confesso que é a minha perceção, portanto acho que aqui fala-se muito na questão da prevenção, primária e secundária, mas se calhar isto tem que começar muito a montante, desde logo no ensino teórico, académico, e gostaria de saber a vossa opinião sobre isto.

Era basicamente isto, muitas outras questões já foram aqui colocadas. Muito obrigado Sr. Coordenador.

O Sr. Coordenador: — Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Muito obrigado Sr. Coordenador. Srs. Deputados, começo por cumprimentar os nossos convidados e colocar quatro questões muito genéricas.

A primeira, até porque matérias mais específicas já foram colocadas, gostava de perceber como é que as políticas para a floresta se relacionam com o problema que temos em cima da mesa, nomeadamente este dos fogos florestais, que teima em não amainar, porque vêm recorrentemente as causas meteorológicas, os incendiários, não se falando nas políticas florestais, e eu gostava de perceber que relação existe entre as opções políticas e este flagelo, nomeadamente, retomar as questões do fomento florestal, quando não estão resolvidos a montante questões com a gestão e outra matéria relevante, que até acabou por ser tocada, que são questões da fileira das madeiras, do comércio, dessa relação da produção e a transformação. Que relação é que isto tem depois com a gestão florestal e com a situação que temos?

Outra questão tinha a ver com os modelos existentes no combate, há entidades, e vemos isso frequentemente em reportagens televisivas sobre incêndios florestais, que é um modelo em que há várias estruturas no terreno, é a GNR, é a Força Especial de Bombeiros, os Bombeiros Voluntários... Se este modelo é o mais adequado, se funciona bem, se se articula. Porque no decorrer das audições já ouvimos algumas questões, que funcionam menos bem, até com prejuízo das estruturas que estão no terreno.

Uma terceira questão é como é que o abandono do interior do país e do êxodo rural se relaciona com isto. Sabemos que os distritos onde há o maior número de ignições não são os que têm mais área ardida, mas também são os mais povoados, que relações é que isto tem? O Sr.

Secretário de Estado das florestas disse-nos aqui: «O interior do país está abandonado», tendo ele a responsabilidade do desenvolvimento rural, mas encolhe os ombros e: «Está abandonado», limita-se a verificar. Qual é a relação?

E por último, se nos podem fazer um ponto da situação, logicamente muito sucinto, da investigação em Portugal sobre estas matérias, até porque as matérias da investigação, dos investigadores, dos bolseiros, estão «muito quentes». Qual é o ponto de situação, em termos de investigação, em Portugal em matéria florestal nas suas mais diversas vertentes? Não só de combate a incêndio, mas de política florestal, gestão florestal.

O Sr. **Coordenador**: — Sr.^a Deputada Helena Pinto, tem a palavra.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Muito obrigado Sr. Coordenador. Cumprimento os Srs. Professores, agradeço a presença e, com toda a franqueza, digo-vos que não tenho muito mais questões a colocar, temos que ser objetivos.

O Sr. **Coordenador**: — Já percebo porque é que a Sr.^a Deputada quis ficar para o fim.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Exatamente. Só queria fazer um apelo, se me fosse permitido, foram-lhes colocadas tantas questões, que dava para uma conferência de, pelo menos, oito dias dividida em vários painéis, portanto o meu apelo vai para a vossa capacidade — que sei que têm — e sabedoria de ver as questões que serão fundamentais para a Assembleia da República, porque por vezes, quando queremos ver tudo e mais alguma coisa, podemos esquecer aquilo que é essencial, aqui em concreto,

sobretudo para aquilo em que nós podemos atuar, sem prejuízo, como é obvio, das questões serem interessantíssimas, mas isso estou ciente que a vossa sabedoria vai para o local certo, para que possamos ficar com os vossos contributos e sem prejuízo de depois, após a vossa exposição, se surgir alguma dúvida, o Sr. Coordenador com certeza nos dar de novo a palavra.

O Sr. **Coordenador**: — Com certeza. Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, tem a palavra.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito obrigada Sr. Coordenador. Quero em primeiro lugar pedir desculpa pelo meu atraso, mas a Sr.^a Deputada Helena Pinto teve a amabilidade de me mostrar os tópicos das questões que foram colocadas e, reitero, de facto já há muito para resposta, mas queria colocar duas ou três questões. Eu sei que as questões não se podem colocar da forma que vou colocar, mas às vezes é preciso simplificar as coisas de modo a que criemos uma maior perceção sobre elas, ou uma maior compreensão.

Estou a falar com pessoas muito especializadas na área, por isso é que me atrevo a fazer esta pergunta: se tivessem que hierarquizar medidas de prevenção, se eu vos pedisse assim «Quais são aquelas três fundamentais?», o que é que me diriam? Bem, três foi um número ao calhas, podia ter perguntado duas ou três, porque era um número mais redondo. E sabendo que a negligência tem um peso enormíssimo na matéria dos fogos florestais, eu gostava de saber, da experiência que têm, qual tem sido a eficácia das campanhas de prevenção? Não as sei especificar exatamente, mas todos nos lembramos, porque nos fica na cabeça: «A floresta é de todos», ou «preserve a floresta», é esta a

mensagem que fica, mas qual é a verdadeira eficácia, na vossa perspetiva, de uma campanha desta natureza?

Uma outra questão é: este novo regime de arborização e rearborização poderá ter algum efeito ao nível desta matéria também? Era só isto, obrigada.

O Sr. **Coordenador**: — Muito obrigado. Não sei qual dos Srs. Professores quer intervir primeiro.

O Sr. Prof. **Francisco Rego**: — Eu acabei agora de arrumar as minhas notas, se quiser...

O Sr. **Coordenador**: — Sr. Prof. Francisco Rego, tem a palavra.

O Sr. Prof. **Francisco Rego**: — Começo por agradecer o convite, as perguntas, as palavras amáveis, dizer também que não é a primeira vez que venho a uma Comissão Parlamentar sobre esta matéria e que, infelizmente, as questões são as mesmas de há 20 anos para cá e, portanto, há progressos feitos, mas há de facto muitas perguntas e muitas respostas que ainda faltam. A primeira questão: combate, prevenção, investimento, como é que esse equilíbrio se pode fazer? Eu julgo que, quando se criou o PNDFCI, se tentou arrumar um pouco o conjunto das equipas e dos vários agentes que podiam intervir, porque esta dicotomia prevenção/combate é sempre difícil e um pouco redutora. Eu julgo que tudo aquilo que se faz como prevenção, muitas vezes não teve a ver com as estratégias de combate e não utilizam os mecanismos de prevenção, portanto, o delinear das faixas da rede primária de gestão de combustíveis, por exemplo, teve que ser reequacionado à luz das estratégias de combate que são utilizadas, e isso

remete para outra questão fundamental, e que foi aqui posta várias vezes, a questão do fogo controlado e da utilização do fogo no próprio combate, e também há um contínuo, quer dizer, não há propriamente uma área de prevenção e uma área de combate, tudo aquilo que os agentes fazem em termos de utilização do fogo na prevenção, pode ser um trabalho perfeitamente fundamental de preparação para o combate, e é uma peça perfeitamente central, pelo menos no meu raciocínio. O manusear o fogo, o tentar o fogo de gestão, o fogo controlado, o contrafogo, etc., são tudo técnicas diferentes que obrigam a um conhecimento e formação muito grande na prática do fogo.

Portanto, quando se fala na Escola Nacional de Bombeiros, na formação que terão nesta área de utilização do fogo ou não, fala-se muitas vezes na utilização do fogo na prevenção, mas depois no combate essa utilização não é suficientemente privilegiada. Lembro-me que há algum tempo, quando se tentou fazer alguma formação na área do contrafogo na Escola Nacional de Bombeiros, aquilo que me foi dito, foi que, do ponto de vista teórico, havia uma hora de ensino sobre a utilização do contrafogo e que isso seria suficiente para os agentes estarem preparados para o fazer. Julgo que há uma necessidade absoluta de formação prática, na utilização do fogo, que está bastante suprida na área do fogo controlado, mas julgo que está completamente deficiente ou muito deficiente na área de utilização do fogo no combate, pelo que é preciso que para os agentes as coisas estejam articuladas. Isto porque as necessidades de formação aí são fundamentais e, por exemplo, todas as utilizações do fogo no combate, no contrafogo, que é utilizado na Austrália, nos Estados Unidos, na Argentina, são utilizações extremamente fortes, que podem ser utilizadas de noite, são também extremamente perigosas e o banalizar destas ações pode, de facto, pôr em risco os outros agentes que fazem o combate. A própria técnica, em

si, do contrafogo pode ficar desacreditada pelo mau uso que se faça, retirando-a dos instrumentos que são utilizados e, portanto, o que me parece é que há uma necessidade absoluta de formação na área de utilização do fogo, que vai desde a utilização do fogo na prevenção até ao combate, e este é um gradiente contínuo, valendo a pena criar formação específica nesta área utilizando este contínuo. Esse tem sido um trabalho que tenho feito no quadro europeu, temos tido projetos de investigação nesta área e passando, já agora, para a parte da investigação eu coordenei um grande projeto europeu nesta área, o *Fire Paradox*, que teve muito impacto, mas *a posteriori* começa a haver problemas da própria intervenção no nosso quadro, nas áreas de investigação, não só pela falta de financiamentos nacionais, de investigadores que estão preparados nesta área de recuperação pós-incêndio, etc., que não têm bolsas de investigação e isso entra, digamos, directamente com todas as necessidades na área da investigação, mas também com outros pontos, e um deles — gostava de deixar muito claro — julgo que a Assembleia da República podia desempenhar um papel importante, que é a destruição que se está a fazer, neste momento, da investigação florestal do Estado com a Estação Florestal Nacional.

A Estação Florestal Nacional — de que fui diretor há uns anos — teve um novo edifício nessa altura na Quinta do Marquês, em Oeiras, para estar mais próxima da investigação agronómica no seu conjunto e, neste momento, o edifício, os técnicos e a própria identidade de uma Estação Florestal Nacional, que deveria responder aos problemas nacionais, está a ser destruída. Portanto julgo que essa é uma área...

O Sr. **Coordenador**: — Pode concretizar melhor, em que é que consiste essa destruição?

O Sr. Prof. **Francisco Rego**: — A figura da Estação Florestal Nacional desapareceu, aparecem unidades e os próprios laboratórios que estavam destinados a determinados efeitos estão a ser utilizados para outros, sem nenhum plano específico de utilização. Foram financiamentos comunitários especialmente dirigidos para a investigação florestal que não estão a ser potenciados. Portanto a capacidade do país em resolver problemas no mato, todas as doenças e etc., e essa parte da investigação florestal está a ser comprometida e essa é uma área para a qual a Assembleia da República poderia olhar com algum cuidado.

Por outro lado, os próprios sistemas de investigação, a nível comunitário, estão a ser de algum modo prejudicados. Por exemplo, numa proposta de um programa sobre Florestas Mediterrânicas, que é o *Forest Terra*, que está a ser patrocinado pela Comissão Europeia, a lógica de financiamento foi substancialmente alterada e agora os países só podem ir buscar para as suas próprias equipas de investigação o financiamento que o país lá colocou numa *pool* geral, o que é uma alteração das regras de financiamento comunitário extraordinária. Para esta proposta do *Forest Terra*, a Comunidade Científica pediu-me para eu ser o coordenador, Portugal pôs nesta *pool* geral €10 000, enquanto Espanha pôs €300 000 e, portanto, eu fiquei como coordenador subcontratado de Espanha, isto não tem sentido nenhum. As regras de financiamento de projetos comunitários estão a prejudicar também, bastante, a nossa capacidade de resposta à investigação, mesmo no plano comunitário.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Desculpe senhor Professor, e como é que era antes? Só para nós termos a ideia da comparação, como é que era antes financiado o programa?

O Sr. Prof. **Francisco Rego**: — Tradicionalmente, para os projectos internacionais, há uma *pool* global, as equipas formam-se e dividem as suas propostas de acordo com o trabalho que fazem nessa proposta e não há nenhuma repartição *a priori* dos financiamentos por País. É pelo mérito, pelo interesse da proposta é, digamos, a lógica global da proposta que é competitiva e é esse o espírito comunitário. Era, passou a não ser e com prejuízo dos países pequenos, que têm pouco financiamento para entrar nesta *pool* geral e, portanto, depois só podem ir buscar essa fração do financiamento.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Posso fazer uma pergunta?

O Sr. **Coordenador**: — Sr. Deputado Pedro Lynce, faz o favor.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — É só perguntar se isso apenas sucedeu nesse caso particular ou se foi uma alteração profunda em relação aos projetos da Comunidade, obrigado.

O Sr. Prof. **Francisco Rego**: — Não, não são todos os projectos da Comunidade, felizmente há programas que funcionam como funcionavam anteriormente, felizmente, mas há esta tendência e alguns programas específicos, por exemplo este, têm esta lógica que eu julgo que subverte a lógica comunitária.

Em relação à parte da responsabilidade dos proprietários, do ICNF, do papel que cada uma das entidades tem nesta área, talvez não seja tanto do foro da Assembleia da República, mas do próprio ICNF, aquilo que aconteceu na altura de 2003 e 2005, com o ênfase dado à prevenção dos

incêndios por causas conhecidas, o que aconteceu foi que a própria Direção Geral dos Recursos Florestais, a FN, criou uma subdiretoria associada aos fogos florestais, havia uma Direcção ligada aos fogos florestais e havia todo um mecanismo de resposta que permitia dar o ênfase e a organização necessária à resposta. Neste momento não há subdireção, não há um departamento específico, há um Departamento de Proteção Florestal que tem os incêndios florestais, mas também tem o nemátodo, as pragas e doenças, etc., portanto diluiu-se esta... eventualmente pela ideia de que o problema dos incêndios florestais estava relativamente resolvido, com menos área ardidada nos últimos anos, eu julgo que se criou a sensação de que não haveria necessidade de dar prioridade a este setor, que continua a ser absolutamente necessário dar prioridade a este setor dentro das estruturas do ICNF.

A questão das cargas de combustíveis, uma peça absolutamente essencial na altura da elaboração da estratégia nacional para as florestas, vale a pena retomá-la. Está em revisão, e ainda bem, porque são estes os processos que devem funcionar, a revisão ritmada dos vários documentos estratégicos, mas nessa estratégia diz-se que as centrais de biomassa podem ajudar esse problema. Eu tenho um artigo que vai sair proximamente, na revista *Ingenium*, que diz que a única central que poderá ter tido algum efeito até agora é a Central de Mortágua. Por coincidência ou não, mas do ponto de vista estatístico as coincidências podem ser avaliadas, o que é verdade é que na proximidade da Central de Mortágua, a partir da sua constituição, as áreas ardidadas reduziram significativamente e, portanto, é uma peça importante para perceber que a ligação entre uma estratégia de energia e uma estratégia florestal, podem ser conseguidas.

Agora, o que não pode acontecer é o desvirtuar das regras de utilização e do subsídio, ou do apoio que se daria, às centrais pelo seu

efeito, pela sua externalidade positiva, de redução dos incêndios florestais e portanto, não podem as centrais desvirtuar o seu funcionamento para a utilização de madeira e de outros produtos que não têm nada a ver, pelo contrário, podem prejudicar toda a atividade florestal. Tem que se retomar, mais do que uma alteração legislativa, o espírito inicial e obrigar a que os apoios do Estado possa conferir em termos de taxa de energia ou outros a essas entidades, garantam que aquilo que é o apoio de todos, reverta para a remoção de carga excessiva de biomassa que está acumulada nas florestas, um aspeto perfeitamente essencial.

A questão do ordenamento do território, há sinais muito contraditórios e a Assembleia da República poderia ter um papel disciplinador bastante importante, que é o seguinte, dentro do quadro das figuras de política florestal há uma estratégia nacional para as florestas e há os PROF (Planos Regionais de Ordenamento Florestal). Por várias razões os PROF não foram as peças de excecional qualidade que deveriam ter sido, mas era um princípio bastante interessante de participação na definição de metas e objetivos das várias regiões para contribuir para um ordenamento florestal. O país convive mal com o ordenamento, com o planeamento e, portanto, pouco depois destas metas estarem definidas, o mesmo Governo que as aprovou, suspendeu-as, o que julgo que foi um « tiro no pé » muito significativo. O Governo que sucedeu, este Governo, fez agora aplicar outra legislação, que em vez de suspender, recomeça o processo, pior ainda, portanto estamos numa situação em que não levamos a sério as figuras de planeamento que estão aprovadas numa lei de bases de política florestal, que levaram os vários organismos a desenvolver os seus trabalhos, com participações de vários agentes para fixar os tais limites, e depois, por razões de circunstância, pressões, em vez se de se reverem os PROF, que terão que ser revistos nas suas metas e objetivos, suspendem-se,

ou recomeça-se o exercício, o que é um caso de delapidação de recursos públicos. Houve muito trabalho envolvido e muito dinheiro gasto na elaboração dos primeiros PROF e há necessidade de levar estas figuras de ordenamento a sério, e de as utilizar, rever e adaptar aos objetivos de cada momento. Portanto julgo que esse é um péssimo elemento de contribuição de estabilidade, de um sector florestal que precisa de estabilidade e, por outro lado, aparecem alterações de legislação, como a da arborização, que não reflete essas figuras de ordenamento. Na própria definição de tudo o que são apoios ao sector florestal, dentro do próximo quadro comunitário, que exige que eles sejam feitos com referência aos PROF, se as metas se suspendem, se recomeça o processo sem nenhuma figura, isto é um desordenamento completo. Há necessidade — e a Assembleia da República podia ter uma atitude disciplinadora, a dizer que nós precisamos do ordenamento florestal — e este seria de interesse para todas as entidades em confronto, por um lado dando estabilidade legislativa — que é importante para todos os agentes económicos que operam — e, por outro lado, garantindo equilíbrio entre as várias áreas. O que aconteceu na prática, durante muitos anos a partir da década de 60, foi uma arborização com eucalipto, sobretudo em muitas das áreas que não têm capacidade para uma produção eficaz de material para abastecimento da matéria-prima e, portanto, muitas delas estão abandonadas. A rentabilidade da floresta não se pode fazer porque aquelas áreas não têm capacidade produtiva e a sua reconversão para outras áreas com maior capacidade produtiva eram um imperativo nacional. Se não for a Assembleia da República, o País no seu conjunto, a disciplinar essas áreas, os vários agentes têm a tendência a tentar utilizar todos os graus de liberdade, sem terem nenhum horizonte ou contexto em que se possam encaixar.

A questão do Ensino Superior: sou, e especialmente, sensível, porque estive no princípio da UTAD, da Escola Agrária de Bragança, e estou no ISA e o número de pessoas interessadas, de primeiras candidaturas, para o sector florestal é muito baixo. Corre-se o risco de se perder muito capital investido na investigação e formação, que foi canalizado para essas áreas e também no sector florestal é extremamente importante a diversidade regional. O ensino no sector florestal, apesar de sermos um país pequeno, o que se faz no ISA é substancialmente diferente, em termos do seu contexto, do que se faz na UTAD, na Escola Agrária de Bragança, e na de Coimbra, que são neste momento as quatro. Valeria a pena refletir no conjunto articulado de oferta de Ensino Superior florestal. Essa é extremamente difícil porque cada Instituição pensa na sua própria sobrevivência e, sobretudo, em questões de competição — quando o recurso é escasso a tendência é para a competição — mas eu julgo que aí sim, se a Assembleia puder ter algum papel no sentido de garantir que a oferta de ensino superior florestal é constante e diversificada, teria um papel extraordinário. As questões das ilhas, em termos de Ensino Superior Florestal, estão bastante ausentes e era, não só no continente — Sul e Norte — terem informações diversificadas, mas das ilhas também. Há especificidades suficientemente importantes para justificar a oferta nessa matéria, que não existe estruturada.

Havia aqui mais um conjunto de áreas, mas não quero utilizar...

O Sr. **Coordenador**: — O Prof. José Cardoso Pereira tem a palavra.

O Sr. Prof. **José Miguel Cardoso Pereira**: — Muito obrigado também pelo convite e pela oportunidade de estar a trocar impressões convosco e tentar responder a algumas das perguntas que me foram

colocadas. Depois farei uma passagem mais organizada pelo conjunto de questões que levantaram, mas começo pelo Ensino Superior Florestal e pela redução da procura que há nos últimos anos. Isso tem a ver com dois tópicos muito visíveis na opinião pública e que são negativos para a imagem do sector: a floresta, nos meios de comunicação, é falada a propósito do eucalipto, um assunto com conotações negativas na juventude educada numa lógica mais ambientalista — acho bem que assim seja — e, por outro lado, a questão dos fogos; portanto são duas «imagens de marca» muito fortes e com uma carga negativa substancial desse ponto de vista da perceção, quase subliminar, que a juventude constrói relativamente a este assunto. Depois, o outro lado da questão, a capacidade — falo pelo caso que conheço — do corpo docente do Instituto Superior de Agronomia fazer algo para estimular a procura; em relação a isso, não entra ninguém para o quadro docente de Engenharia Florestal no Instituto Superior de Agronomia há 28 anos, perdemos um terço das pessoas e metade dos que restam têm mais de 60 anos, portanto, quanto a este assunto, parece-me, ficamos conversados.

Pegando em alguns tópicos — nem de perto nem de longe me considero competente para os abordar a todos — gostaria de acrescentar algo, nomeadamente, a primeira pergunta do Sr. Deputado Miguel Freitas relativamente a falar-se muito num dispositivo de combate e muito pouco de prevenção, o que ele deveria ser, onde é que deveria estar a tutela, nós trabalhámos muito sobre isso e fizemos propostas detalhadas, a avaliação de custos, etc. Na proposta técnica elaborada pelo ISA, subjacente ao PNDFCI, vertente da proposta técnica que não passou para o plano, no que era a criação de um corpo especializado para lidar com a vertente florestal do problema do combate aos incêndios. Não há uma maneira única de pegar no assunto, a integração pode ser mais ou menos profunda e poderia,

no limite, levar à criação de um corpo novo dedicado à tarefa de lidar com os incêndios florestais do ponto de vista florestal, questão muito diferente da de lidar com o problema dos incêndios florestais do ponto de vista da proteção civil e isso é uma trave-mestra do PNDFCI.

Presidiu esse raciocínio e já foi espelhado no que o meu colega Francisco Rego disse, que há uma grande desarticulação, tomam-se medidas de prevenção que não são devidamente aproveitadas do ponto de vista do combate e perde-se a oportunidade das sinergias que aí se poderiam estabelecer e também, ao contrário, há situações evidentes de maior risco que mobilizam e concentram mais nuns casos, que exigem mais recursos, mas que também levam a maior dispersão de meios nas operações de combate, e que não são elegidas como prioridade para a prevenção, nomeadamente as zonas de interface rural e urbano onde há a questão toda de competências, responsabilidades civis, etc., não só a nível das faixas primárias, mas em ambas, as primárias e as secundárias.

Depois, uma questão muito articulada com esta, a do desequilíbrio entre a alocação de verbas à prevenção e ao combate. Esse desequilíbrio traduz a conceptualização que fazemos do problema e a valorização da floresta, mas se raciocinar numa analogia, por exemplo, se estivesse preocupado com outro risco social-natural, as cheias, eu às vezes tenho a sensação de que há uma grande disparidade, porque sinto que, imagine, temos um problema de cheias no Baixo Mondego, se lidássemos com esse problema da mesma maneira que lidamos com o incêndio diríamos: «Ok, então isto é o quê? Água? Pessoas? Risco de afogamentos? Ok, Instituto de Socorros a Náufragos, motos de água e bóias»; quer dizer, quando neste tópico se intervém no terreno fazendo Engenharia a montante, fazendo regularização dos recursos hídricos, construindo barragens, tomando uma série de medidas de Engenharia e de intervenção sobre o território para

minimizar esse risco, eu não vejo essa analogia, esse paralelismo. No fogo é 80% para a emergência, e quando é 80%, esse número subestima a importância que se está a dar ao combate, porque muito a que se chama prevenção não é prevenção, é pré-supressão, é preparar, criar condições infraestruturais de apoio ao combate, isso não é prevenção; o INEM ter helicópteros e ambulâncias, não é prevenção, não é? Há aqui conceptualizações e abordagens dos problemas dos fogos que nos soariam altamente estranhas se as transpusessemos à saúde pública ou cheias ou outro problema social com que nos debatemos e que devia ter mais paralelismos, mas que neste, por razões históricas várias, chegou-se a esta conceptualização distorcida do problema; os 80% e 20% traduzem a valorização que a sociedade faz do património construído *versus* o património florestal; no limite, se atribuirmos valor 0 à floresta e 100 ao património construído, não devemos fazer prevenção, devemos fazer exclusivamente combate, portanto esta alocação de meios explicita aquilo que está implícito, a valorização social e política que se faz destes dois tipos de recursos. Há questões de percepção e opção política, em última análise.

Execução da rede primária: pergunta-se se o ICNF tem capacidade. Alguma coisa lhe falta, ou capacidade ou vontade, porque as coisas não estão a acontecer no terreno na medida em que seria desejável e ao ritmo que foi previsto e programado. Esta questão das redes também se articula, essencialmente, com o problema da redução dos combustíveis porque, em linguagem coloquial, a limpeza da floresta não é uma coisa que seja nem ambientalmente desejável, nem economicamente viável, se feita de uma maneira sistemática na totalidade do território. A lógica é de intervenções estratégicas do ponto de vista geográfico. Também se falou de «como é que os financiamentos, incentivos, estão a ser mal ou bem conduzidos», quando

são financiadas intervenções de uma maneira espacialmente desgarrada, com a nossa estrutura de propriedade, isso dá: «vamos limpar 0,5 ha aqui, dois acolá, três quartos de hectare noutra sítio qualquer...»; para lidar com fogos que todos nós sabemos, porque já vimos, que têm 1 km ou 2 km ou 3 km de extensão de frente, nós fizemos uma intervenção aqui, outra ali, estamos literalmente a «tapar o sol com uma peneira». Costumo dizer aos meus alunos, o Cristiano Ronaldo está a marcar um livre e nós não pomos os defesas em barreira, pomos um aqui, outro acolá, mais ou menos onde lhes apetecer. Quer dizer, a coordenação, ou falta dela, assume às vezes aspetos caricaturais e não tomem isto por leviandade minha no tratamento do problema, mas é preciso dar-lhe este grau de incisão para percebermos quão distorcida é que a situação se tornou em alguns destes aspetos.

A investigação, eu nem quero pôr a questão em termos de investigação, acho que é mais útil pôr em termos de conhecimento, fala-se de 80% no combate, 20% na prevenção, o que sobra é para o conhecimento.

É mais ou menos essa a repartição das importâncias, são dadas a uma vertente que nós nem pomos em pé com as outras. A tomada de decisões — explicitamente e manifestamente — parece que não é suposto ser suportada por conhecimento. Eu posso dar um exemplo: a conceção de rede das faixas primárias de proteção contra a propagação dos grandes incêndios, foi feita de uma maneira que me parece intuitiva, mas a intuição tem perigos. Não se pode resolver tudo intuitivamente, delineando-as, assentando-as pelas linhas de cumeada, linhas divisórias entre bacias hidrográficas, frequentemente apoiadas na rede viária que também comumente ocupam essas estruturas tipográficas.

Nós fizemos um estudo sistemático de quais são as orientações e direções de propagação dos fogos em Portugal e há padrões, não é uma

coisa aleatória, há padrões bastante regulares que resultam das condições meteorológicas e da interação da meteorologia com a topografia, o terreno, e identificámos que há áreas substanciais do país onde uma grande parte dos fogos se propaga paralelamente às linhas de cumeada e, portanto, há sítios onde estamos a construir as estruturas de contenção, não ortogonais ao processo que queremos intercepar, mas paralelas, onde elas não vão ter a eficácia que era desejada. Não há articulação nenhuma, nem mecanismos, entre quem está a intervir no terreno e quem está a produzir conhecimento.

Produzi dois artigos científicos interessantes, um dos quais é sobre a Califórnia, porque os californianos viram que estávamos a trabalhar no problema, acharam interessante e quiseram saber como é na Califórnia e colaboraram connosco, e temos um trabalho feito por uma minha estudante de Doutoramento e dois Professores da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Reparem a minha experiência de Doutoramento nos Estados Unidos é que na escola onde eu estava havia uma sala onde quem lá funcionava era quem lá trabalhava, uma pessoa dos serviços florestais, outra do serviço de parques, que hoje em dia em Portugal estão integrados no ICNF. Nós, ocasionalmente e voluntaristicamente, de um lado ou outro, há interação, mas não há mecanismos previstos, solicitação concreta, procura dirigida por parte da Administração Pública relativamente à investigação, e aí o problema da Estação Florestal Nacional é muito mais antigo do que os problemas atuais. Nunca foram feitas grandes solicitações à Estação Florestal Nacional, nem a esta ou outros organismos de laboratórios do Estado. Há décadas que são muito pouco exigentes consigo próprios. Falha de ambos os lados, da procura e da oferta, e na articulação entre uma e outra.

Já falei, a talhe de foice — não diretamente, mas tem que ver —, da rentabilidade da floresta e do afastamento das pessoas. Não acho que seja

reversível a uma escala capaz de resolver o problema, nem tenho a certeza que ele seja desejável do ponto de vista da qualidade de vida das pessoas havendo um balanço entre urbanização excessiva e despovoamento rural, mas, se calhar, faz-se muito mais pela promoção da qualidade de vida nas cidades médias, nas capitais de distrito, do que pensar que alguma vez nos vamos aproximar de recriar a rede...

O Sr. **Coordenador**: — Desculpe Sr. Professor, infelizmente tenho que sair porque a Sr.^a Presidente está impedida de presidir à Conferência de Líderes, mas o Sr. Vice-Presidente, Doutor Filipe, presidirá ao resto da questão. Muito obrigado pela vossa compreensão.

Neste momento, assumiu a coordenação o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **Coordenador (António Filipe)**: — Faça o favor de continuar.

O Sr. Prof. **José Miguel Cardoso Pereira**: — Então, estava eu a dizer que me parece que não é reversível, do ponto de vista de incentivo político, reorganizar a demografia do país a essa escala. O problema tem de ser complementado, suprido, por intervenção técnica, por silvicultura. E isso é contraditório com a progressiva e prolongada perda de capacidade técnica do ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas). Resumindo, se quiser, em termos genéricos, de quem quer que seja a Autoridade Florestal Nacional. Na altura em que era preciso — porque as populações mudaram de modos de vida e mudaram muito desejavelmente e felizmente de modos de vida, sobretudo desde a instalação do regime democrático em Portugal — mas quando era preciso suprir, portanto, suprir

o mato que deixou de se roçar para fazer camas para o gado e estrume para a horta, quando deixou de se ir apanhar a caruma e os ramos secos caídos para as pessoas se aquecerem em casa ou cozinharem, porque passou a haver fertilizantes de origem industrial e eletrificação rural e gás Cidla distribuído a casa das pessoas, isso não vamos reverter, e felizmente que não vamos reverter, era preciso compensar com intervenção técnica. A capacidade de o Estado o fazer está em perda, há décadas, não é, portanto há também aí uma tendência que era preciso reverter; essa, sim, parece-me muito mais reversível por opção política. Agora, já chegámos ao ponto em que a própria Administração Pública Florestal assumiu a sua fragilidade face ao problema e vai gradualmente estando confortável, senão até sendo pró-ativa em afastar a questão dos incêndios. Reconhece a sua própria e gradual incapacidade e não quer ver-se responsabilizada por um problema com que reconhece não ter capacidade de lidar, que gradualmente foi perdendo a “propriedade” daquele problema e vai, visivelmente, pondo-se de fora, progressivamente.

A relação desta questão do abandono do interior, do êxodo rural, a relação entre a densidade populacional e o número de fogos, as áreas queimadas: é uma questão em que tenho trabalhado, interessam-me muitos estes aspetos da geografia do fogo e há, penso, alguns equívocos que nos podem levar a raciocínios menos eficazes. A relação não é propriamente linear, aliás não é nada linear. Temos, de facto, o maior número de ignições nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto porque é, de facto, onde há mais pessoas. Temos muito pouca área queimada aí, por uma conjunção de razões; é uma paisagem muito fragmentada — pensando sobretudo no Noroeste, na área metropolitana do Porto que é, sobretudo, Porto para Norte — temos um mosaico de paisagem, muito fragmentado, com agricultura, mato, floresta, indústria, urbano, mas não há 10 000 ha

contínuos de floresta ou mato em sítio nenhum que possam arder de uma vez e, portanto, há muitos incêndios mas o território não tem encaixe para grandes incêndios, não tem espaço para isso. Como há muita gente, muito rapidamente é dado o alarme, alguém vê e telefona para os bombeiros. Como há muita gente, há muitas corporações de bombeiros, alguém está sempre ao pé, há uma rede viária muito densa e chega-se lá depressa, portanto temos este aspecto bastante previsível, temos muita gente, muitos fogos, mas pouca área queimada. Estou a falar de, se quiserem, Gondomar, Maia ou um sítio desses. Vamos para Mação, ou Vila de Rei, ou Oleiros, ou Sertã, ou Tábua ou Arganil, e temos uma paisagem completamente oposta, muito contínua de floresta e de mato, pouca gente, população envelhecida, poucas corporações de bombeiros, rede viária muito menos densa e, portanto, temos menos fogos que resultam em muito maior área ardida, mas são disparidades tão grandes de densidade populacional e de estrutura de paisagem que eu, como vos digo, não acredito que sejam reversíveis por decisão política. Acho que a maneira de lidar com o problema — claro que em pano de fundo estão as políticas de território e não nos podemos demitir delas e elas têm um papel estruturante, pelo menos, quanto mais não seja, para não deixar que a situação ainda se agrave mais, evolua ainda mais no sentido indesejável — mas parece-me que a capacidade mais forte e mais eficaz de intervenção estará em não continuarmos a perder a capacidade de intervir da Administração Pública sobre a gestão do espaço mais ou menos como ele se configurou neste último meio século.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Posso fazer uma interrupção?

O Sr. Prof. **José Miguel Cardoso Pereira**: — Sim, sim, com certeza.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — O Sr. Coordenador dá-me licença? É hábito nesta Comissão?

O Sr. **Coordenador**: — Só um momento.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É muito rápido.

Consegue estabelecer uma relação entre o despovoamento e a intensidade dos fogos florestais? Ou seja, porque o despovoamento implica atividade também, não é? Eu sei que não pode fazer uma relação absoluta, mas consegue estabelecer alguma relação entre esses dois factores? É que isso eu não percebi muito bem.

O Sr. Prof. **José Miguel Cardoso Pereira**: — O despovoamento humano afeta o fogo essencialmente através da acumulação de combustível que se faz por falta do uso desse combustível. E, portanto, há no tempo uma relação, hoje em dia, à escala de grandes áreas do nosso território maior combustível presente, portanto maior combustível no espaço que é florestal e há outra coisa que é abandono de pequenas áreas que eram agrícolas, nomeadamente em vales de ribeiras, em estruturas com solos particularmente favoráveis, que faziam não digo que de barreira absoluta, mas eram obstáculos à propagação dos grandes incêndios. E isto não estou a falar em teoria, não estou a dizer que é capaz de ser assim. Nos últimos 20 anos, no meu laboratório, nós cartografámos 40 000 incêndios florestais em Portugal e frequentemente os confrontamos com as cartografias de ocupação do solo e percebemos, de facto, quais são as estruturas na paisagem à beira das quais os fogos param, e muitas dessas estruturas estão

a perder-se. E há alturas, momentos e ocasiões em que a própria Administração Pública e o próprio processo legislativo funcionam de maneiras contraditórias: nós temos tido períodos em que financiamos a limpeza de combustíveis e financiamos a arborização de terrenos agrícolas, e portanto não é só a universidade que não fala com a Administração Pública, é um organismo da Administração Pública que não falam com os outros e há legislação a produzir externalidades negativas sobre outra legislação, também há situações destas neste processo, não é?

Um tópico que acho importante é a eficácia das campanhas de prevenção — foi a Sr.^a Deputada que mencionou — e o problema da negligência e da eficácia das campanhas de prevenção. Acho que a maior parte das campanhas de prevenção não teve um alvo muito cirurgicamente identificado, eu penso que muitas campanhas são demasiado genéricas e são dirigidas às crianças ou são da população em geral. Quando a mensagem for passada às crianças, para a esmagadora maioria delas, quando elas efetivamente puderem ser agentes causadores de fogos, já passou muito tempo e a mensagem que lhes chegou quando eram pequeninos foi demasiado genérica e depois aí também há outras campanhas de sensibilização que são contraproducentes. Eu acho que o *slogan* «Portugal sem fogos» é profundamente indesejável e contraditório com a importância e o papel, cada vez maior, que estamos a querer dar ao uso do fogo como ferramenta de resolução do problema. A diabolização do fogo é um reflexo, não é um raciocínio! Dizer «O fogo é mau» é o meu cerebelo que faz, não é o meu córtex frontal! O meu córtex frontal a pensar conscientemente diz-me «O fogo é uma ferramenta», o fogo é aquilo que eu fizer dele e há o acidental que, desse, tenho que me proteger. Acho esse *slogan* contraproducente e é das campanhas de maior dimensão e mais continuadas, e que também menospreza outra dimensão do problema que

ainda aqui não foi falada, que é a do milhão e meio de hectares de mato com utilização silvipastoril ainda importante e a criação de gado miúdo — cabras, ovelhas — nesse espaço é uma atividade economicamente interessante que podia ser um fator importante de valorização de espaços que dificilmente têm outra forma de valorização económica, e o uso do fogo é uma ferramenta fundamental na gestão desses espaços. Se nós vamos criminalizar sistematicamente o uso do fogo e não prever o seu uso nessas circunstâncias, o que é que estamos a fazer? Estamos a remetê-lo para a clandestinidade e, de repente, ficamos muito surpreendidos porque aumenta o número de fogos que começam à noite. Claro, se estão em cima dos pastores durante o dia e se, em vez de se dar enquadramento técnico, apoio, informação e incorporação dessa atividade agropecuária, empurramo-la para o *dark side of the florest*, não é? E o *dark side* é a noite, e portanto de repente estamos a complicar o problema porque o conceptualizamos mal, e portanto esta é outra dimensão tão importante quando cerca de 60% ou mais da área queimada em Portugal nos últimos 40 anos, talvez dois terços da área queimada é mato, não é floresta. E não lavar daqui as mãos «Ah, é mato, então não há problema!». Não, porque começa no mato e afeta a floresta, começa no mato e afeta a agricultura, ou nem sequer começa necessariamente no mato. E porque é que há fogo no mato, porque é que ele é queimado? Eu, aos meus estudantes, não falo de fogos florestais, falo-lhes de fogos rurais porque o que arde em Portugal são cerca de 60 a 65% da área de mato, à volta de 25% de florestas — povoamentos florestais — e a agricultura anda ali abaixo dos 10%. Mas reduzir os problemas dos incêndios no território nacional às florestas é perder $\frac{3}{4}$ do problema e a perceção das causas, das consequências e das articulações que existem entre estas grandes formas de ocupação do solo.

E pronto, acho que fiz uma passagem à *vol d'oiseau*, mas isto também não dará para muito mais.

O Sr. **Coordenador** : — Muito obrigado.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Quero fazer uma pergunta, se me permite.

O Sr. **Coordenador**: — Permito com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Houve aqui três coisas que gostaria de esclarecer, mas duas delas...

O Sr. **Coordenador** (António Filipe): — Sr. Deputado, se me permite já agora — não o vou proibir de formular a pergunta — mas o Eng.º António Louro ainda não teve oportunidade de falar. Não sei se, relativamente àquilo que já ouviu — eu sei que não ouviu as perguntas, mas ouviu as respostas — se há alguma coisa que lhe ocorre dizer já, e depois então faríamos uma ronda que os Srs. Deputados ainda colocariam as questões que entendessem.

Sr. Eng.º António Louro, tem a palavra.

O Sr. Eng.º **António Louro** (Vice-Presidente do Município de Mação): — Agradeço a possibilidade de participar nesta comissão. Tenho alguma dificuldade porque não ouvi bem as perguntas todas, e portanto se alguma coisa de importante ficar por dizer, peço o favor de me lembrarem.

O Sr. **Coordenador** (António Filipe): — Sr. Engenheiro, como não teve oportunidade de contactar com a metodologia, nós prevemos que os nossos convidados tenham um tempo indicativo de 15 minutos, portanto pedia que tentasse gerir dentro desse parâmetro, porque depois às 11 horas e 30 minutos temos outra audição.

O Sr. Eng.º **António Louro**: — Eu gostava, em primeiro lugar, de salientar, mas de forma dramática — porque eu acho que o país não tem bem noção dessa situação, pelo menos com o dramatismo que ela encerra — a insustentabilidade da paisagem que nós criámos no mundo rural português a Norte do Tejo. Nós criámos literalmente, nos últimos 50 anos, um verdadeiro barril de pólvora insolúvel, e temos que partir desta premissa: nós desumanizamos fortemente este território e é preciso dizer os números. Nós temos que olhar, por exemplo, para o pinhal interior Sul, que são cinco concelhos — Mação, Vila de Rei, Proença-a-Nova, Sertão e Oleiros — que, em 50 anos, desceram de 250 000 habitantes para 50 000, ou seja, perderam 80% da população. Mas o grave não é perder 80% da população, é que perderam 250 000 agricultores, porque apesar de ainda lá estarem 50 000 pessoas, hoje não há lá 5000 agricultores. A agravar a situação, os proprietários saíram mas não deixaram de ser proprietários, e temos hoje um território de minifúndio com proprietários espalhados pelo mundo e pelo país, portanto muitas vezes nós vemos a legislação sair aqui do Parlamento e até parece que o país ainda lá está como era há 50 anos: com agricultores, com produtores florestais. Não existem produtores florestais na generalidade do território a Norte do Tejo, existem agricultores que ainda têm algumas terras que gerem, existem profissionais liberais espalhados pelo país todo que herdaram aos pedaços, e outro ponto importante: a nossa esperança média de vida hoje é de 80 anos, o que

significa que a transmissão da terra, por herança, está a chegar às pessoas quando elas têm 60 anos, portanto a terra hoje está nas mãos de uma pessoa na casa dos 75, 80, ou está a caminho do filho que tem 55 ou 60. Não é esta gente que faz revoluções no terreno e que vai plantar árvores a pensar em 40 anos, portanto é um ponto essencial que temos que nitidamente equacionar. Basta vermos os pedidos de candidaturas às ajudas de Bruxelas que eles, nos últimos 25 anos, o gráfico faz «assim», quer dizer, as pessoas que ainda têm alguma intervenção agrícola estão a diminuir «assim» nestes territórios, ao contrário daquelas áreas onde a propriedade não tem este impacto, em que há alguma manutenção e alguma estabilidade. Portanto, ponto um: nós temos, a Norte do Tejo, um verdadeiro barril de pólvora que tem três pontos essenciais. Há 100 anos, nestes territórios, o pinheiro era residual — 100 anos —, há 50 o eucalipto não existia. Hoje, o eucalipto e o pinheiro cobrem 80% destes territórios, portanto naquilo que é um microssegundo do tempo da terra, dos climas e das paisagens, nós, nos últimos 50 anos, criámos ali um barril de pólvora que pura e simplesmente nós não vamos conseguir resolver a bem.

Segundo ponto, Portugal já tem hoje reservados os grandes fogos florestais para a próxima década e meia. Ainda que amanhã comecemos, como país, a fazer toda a legislação certa, que os bombeiros comecem a combater os incêndios todos bem, que todas as deteções tenham sucesso, Portugal, por aquilo que já fez nos últimos 50 anos, para a próxima década e meia já estão reservados todos os incêndios necessários.

Outro ponto importante: quando olhamos para a floresta a longo termo — e nós não podemos olhar para os dados dos incêndios a dois, três anos, os dados dos incêndios têm de ser olhados numa escala de 30 anos porque é esse o impacto que têm na produção, não interessa nada ter três anos de sucesso no combate aos incêndios se, a seguir, temos um ano mau.

Se olharmos para aquilo que é o gráfico, temo pena que só tenha impresso esse gráfico e deixei-o em casa, mas vale a pena consultarem um gráfico dos incêndios florestais desde 1980 até agora, e vocês vêem que nós andamos a estragar pura e simplesmente no combate, porque não temos sucesso nenhum. Nós, em 1991, em 98, em 95, temos anos maus na casa dos 200, duzentos e tal mil hectares. Nos outros, temos anos que vão correndo bem: 70, 80, 100. Depois há duas colunas que se destacam, 2003 e 2005. Vamos continuar a ter este processo, ou seja, se nós aplicarmos aquilo que é o esforço do país em termos de alocar recursos ao combate e depois ver no gráfico os seus efeitos, não há efeitos nenhuns. Na década de 80 quase não havia recursos de combate, os resultados que hoje nós estamos a ter, em termos de área, são equivalentes aos da década de 80, a área que se está a perder por ano é praticamente a mesma. Ou seja, nós nem sequer estamos a ter a capacidade, enquanto sociedade, de acompanhar a degradação que se está a verificar na paisagem. É que, na década de 80, com poucos recursos, nós tínhamos aquele resultado porque a paisagem ainda tinha algumas condições de defensabilidade. Como ela se foi agravando, nós vamos acrescentando recursos mas não conseguimos acompanhar a degradação daquilo que está a acontecer no território, porque nós hoje temos um território indefensável. Nós já temos praticamente um dos melhores sistemas de combate do mundo. O sistema de combate português e a forma como está organizado já é dos melhores do mundo. Não há perfeitos. Tem lacunas, tem áreas que se podem melhorar, tem áreas com alguma fragilidade, mas eu acho que já atingimos o limite daquilo que nós, enquanto sociedade, podemos pagar. Agora, o que temos que ver para o futuro é: se continuarmos a gastar este dinheiro e estes recursos todos só no combate e a continuarmos a fazer a prevenção que temos a fazer, isto não tem solução; ou então encaramos esta solução e

procuramos intervencioná-la no terreno. Agora temos que ver quem vai fazer. Onde é que estão os proprietários? Eu, por exemplo, tenho uma ZIF (Zona de Intervenção Florestal) organizada pela minha associação de produtores e eu acho que esta ZIF é paradigmática. São 1000 ha, 1000 ha naquele território são 2500 propriedades. São 600 proprietários, e imaginem isto como um ovo estrelado, em que a gema é a aldeia e a clara é a área florestal na envolvente. É disto que estamos a falar, de uma ZIF feita pelos proprietários de uma determinada aldeia e com o seu território envolvente, e então temos 1000 ha, 600 proprietários, 2000 propriedades — até aqui, nada de novo. O problema é que nós estamos a montar as ZIF com o pressuposto de que os proprietários depois vão fazer, e então chegamos à conclusão depois de inventariá-los todos — nós temos essa facilidade porque temos cadastro e é possível — 90% dos proprietários daquela ZIF não mora, sequer, no concelho de Mação. Eu vou repetir: 90% dos proprietários destes 1000 ha situados no concelho de Mação não mora sequer no concelho, e os 10% que lá moram são um conjunto de idosos que 90% deles tem mais de 65 anos. Desculpem, meus senhores, quem é que vai fazer? Só me resta um caminho: é encontrar formas de organização destes proprietários que permitam que alguém faça por eles, respeitando os seus direitos e levando-os, de livre e espontânea vontade, a organizarem-se — e isto é um ponto essencial — numa nova forma de exploração do território, porque a forma que nós usámos nos últimos séculos, de ocupação e gestão do nosso território, foi a aldeia a Norte do Tejo, ou seja, uma comunidade humana que se instalava no território, vivia desses recursos, explorava-os e controlava-os. A aldeia morreu! A aldeia morreu, em grande parte, a Norte do Tejo. Estão lá ainda algumas pessoas, estão lá ainda alguns idosos, estão lá, nalguns sítios mais ricos, ainda um pequeno número de pessoas que vive de alguma atividade agrícola, mas na

generalidade a aldeia a Norte do Tejo já não tem capacidade humana para controlar o território que lhe deu origem. Vive hoje de afetos, vive de saudades, vive de uma relação emotiva com a terra, mas já lhe virou completamente as costas. Portanto parece-me que temos que encarar, como país, que nós temos um forte problema de gestão destes territórios do interior e que as soluções do passado estão esgotadas. Importa olhar muito seriamente para aquilo que estamos a fazer com as ZIF porque estamos a matá-las lentamente, em lume branco, é um instrumento de uma força tremenda, com potencialidades tremendas e nós estamos lentamente a matá-las por falta de apoio, por falta de visão no seu desenvolvimento e temo que as consequências venham a ser muito graves porque demorou e foram necessários incêndios de 2005 e 2007 — quase 400 000 ha arditos — para nós percebermos que tínhamos que fazer qualquer coisa diferente e para pôr em marcha o novo processo, e agora deixamos perder tudo novamente. E portanto temo que, se nós não tivermos essa capacidade de perceber essa gravidade da situação, venhamos a esgotar-nos em meros paliativos, em meros rendilhados — por exemplo os Planos de Ordenamento. Como o Sr. Professor diz, e bem, são fundamentais. O país tem de perceber o que é que quer para o seu território, em termos regionais tem de detalhar isso um bocadinho, mas meus amigos: como é que nós aplicamos ordenamento em propriedades de 0,5 ha? Quando o proprietário chega aos serviços, diz «Eu tenho aqui 0,5 ha, quero fazer isto», e vamos impor o quê, linhas de infraestruturas para 0,5 ha ou, como eu já vi fazer nos serviços, que dizem assim «Não, tudo bem! Como o PROF (Plano Regional de Ordenamento Florestal) diz que, aqui na região, são 30% de eucalipto, então na parte de cima pode pôr 30% de eucalipto, depois pode pôr 30% de pinheiro e depois o resto tem de deixar para outras culturas, e vamos fazer isto com 80 000 propriedades num concelho». Isto é que é

ordenamento? Desculpem, não é possível. Temos que perceber que o minifúndio tem de ser encarado de frente porque minifúndio matou a agricultura de uma forma drástica porque, não tendo viabilidade nestes territórios, a agricultura desapareceu, a seguir ao desaparecimento da agricultura, desaparece a floresta; não havendo riqueza no território, as pessoas vão-se todas embora e não fica ninguém! Dá-me a sensação que o país não tem noção da gravidade da situação que enfrenta.

Ou ponto é a questão do combate. Nós temos que perceber que, claramente, temos duas dinâmicas perfeitamente distintas nos incêndios em Portugal: a nossa estrutura é excelente para se fazer primeira intervenção. Basta olhar para os números do ano passado, por exemplo, em que nós temos 141 000 ha arditos na época toda. Temos 99% de sucesso na primeira intervenção. Perdemos 80% da área em apenas 0,3% dos incêndios. O que é que a natureza nos está a dizer? Que nós, quando conseguimos apagar o incêndio a Nascente, as coisas correm todas muito bem, acaba a história e temos sucesso em 99% das vezes. Depois 1% das vezes, ou porque as condições do terreno não permitem ou porque os meios chegam um bocadinho mais tarde, ou porque o incêndio — raramente — começou à 1 hora da manhã, nós não conseguimos fazer uma intervenção eficaz e aí está o caldo entornado; porque aí nós temos frentes de 2 a 3 km e, meus amigos, ainda que os bombeiros digam que apagam esses fogos, não apagam. Esses fogos naturalmente acabam com uma pancada aqui, uma pancada além, ao fim de dois, três dias o vento muda, bate num incêndio anterior, bate numa linha de água com alguma dimensão, chega a uma sede de concelho, e portanto esses incêndios acabam por se apagar porque batem contra uma força da natureza. Mas nós — aí sim, a nossa estrutura precisa de melhorar, e muito — precisamos de formar comandantes nesse tipo de ocorrências. Não é a mesma coisa ser um

sargento na tropa e ter um grupo de 40 homens a comandar ou ter obrigação de comandar 700 homens e 400 viaturas — não é a mesma coisa. Ele tem que perceber que, em termos táticos, tem uma realidade diferente, em termos técnicos tem um combate diferente, e nós temos que utilizar ferramentas adequadas a esse tipo de ocorrências. E se a água é uma ferramenta eficaz na primeira intervenção, nestes incêndios é só para a televisão mostrar, os helicópteros é só para o povo ficar satisfeito, porque aquilo apaga-se de outra forma completamente distinta: apaga-se com *bulldozer*, apaga-se com fogo tático, apaga-se com contrafogos, e infelizmente nós, por exemplo, ainda que tenhamos evoluído muito nesta questão do uso do fogo no combate, era essencial usá-lo com um bocadinho mais de minúcia. Os comandantes de bombeiros — os comandantes de bombeiros, não é uma pessoa qualquer —, que estão à frente no combate de um fogo, têm que ter formação no uso do fogo como ferramenta de combate. Isto era a mesma coisa que ter um cirurgião e ele não poder usar um bisturi, quer dizer, ele não pode desempenhar nem fazer bem essa tarefa se nós lhe retirarmos metade das ferramentas só porque são complicadas de usar. Temos que lhe dar formação, temos que ter níveis de exigência elevados, mas ele tem que estar perfeitamente livre para a utilizar no momento em que ele considera correto. E as *bulldozer* são outro instrumento essencial. Eu, com a minha experiência de combate — ando nisto há uns anos —, antes quero, no meu género de território de pequena montanha, uma *bulldozer* do que quero 50 carros de bombeiros, mas o país consegue mandar para lá 300 carros de bombeiros e não consegue lá pôr uma *bulldozer*. Uma *bulldozer* hoje custa metade de um carro de bombeiros e há aqui um risco interessante que é, alguns elementos da estrutura estão a tentar levar as *bulldozer* e a tentar coloca-las lá, mas há aqui uma coisa que é preciso alertar: é que há aqui um preciosismo. Eles ligam para a Proteção

Civil — e eu sou vereador da proteção civil —, geralmente não precisam de ligar porque nós já lá as temos, quando ligam elas já lá estão, mas para muitos concelhos solicitam à Proteção Civil que contrate uma *bulldozer*, e então o que é que acontece? O Vereador, recorrendo aos seus contactos, contacta uma *bulldozer*, e normalmente é um empreiteiro da terra, é alguém que gosta de defender a sua terra. Vai de peito aberto porque a Câmara lhe solicitou, e sabem o que é que acontece à *bulldozer*? O homem está desgraçado da vida dele. Se arder a *bulldozer*, o homem está desgraçado da vida dele porque ele, normalmente, não tem seguro contra incêndios, muito menos para utilizar uma *bulldozer* numa atividade perigosa que é o fogo florestal. E se um dia a *bulldozer* arde — e por acaso, nos últimos anos, até não tem ardido, mas é um risco elevado — e quase de certeza absoluta que vai ser o proprietário da *bulldozer* que foi, numa altura de emergência, acudir ao seu país. É um assunto que tem de ser tratado com muito cuidado, mas que não pode continuar nesta situação. O país não se pode dar ao luxo, com o risco que tem de ter estes incêndios de paisagem de milhares de hectares, de continuar a usar, com tão pouco cuidado, esta ferramenta tão importante.

Terminando, os fundos comunitários têm sido um desastre. A Norte do Tejo, nós temos visto os quadros passarem ao lado. Quem tem tirado partido essencialmente dos quadros para a floresta são, ou as indústrias para se equiparem, ou os madeireiros para comparem equipamento, ou o tecido fundiário a Sul do Tejo. O sobreiro tem tirado excelente partido das medidas porque tem dimensão, tem escala, tem organização. O território a Norte do Tejo, pura e simplesmente tem visto passar as ajudas ao lado porque elas não estão minimamente adequadas quer às necessidades, quer à realidade. Plantar hoje pinheiros, imaginem isto: um proprietário herda a terra de seus pais, finalmente, com um papel passado para ele poder fazer

uma candidatura aos 60 anos; lembra-se de ir fazer um projeto para deixar qualquer coisa organizada aos seus filhos. Portanto, quando os pinheiros tiverem 30, 40 anos, ele tem 90, 100, portanto ele não está a trabalhar para ele. Ele não está a ter uma atividade que seja interessante, do ponto de vista económico, para ele — está a pensar na geração seguinte.

O Sr. **Coordenador**: — Sr. Deputado Abel Baptista, tem a palavra.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr. Coordenador, só para dar uma nota, não é para fazer uma questão, só para dizer que se antes destas intervenções estávamos com uma expectativa, depois ficámos mais preocupados, portanto é muito importante que o que aqui nos foi hoje dito e referido, pelos três intervenientes, acho que se tivéssemos começado por estas audições no início dos trabalhos, se calhar até teria tido mais utilidade para questionar algumas das questões que foram relacionadas com o trabalho dos serviços e de alguns dos atores que estão no terreno. Muito obrigado.

O Sr. **Coordenador**: — Muito obrigado. Dou a palavra ao Prof. Francisco Rego. Faça favor.

O Sr. Prof. **Francisco Rego**: — Eu estive também a fazer o exercício, talvez fosse útil hierarquizarem-se três medidas de prevenção fundamentais que, já agora, ficariam registadas e, antes da intervenção do Sr. Eng. António Louro, a primeira medida para mim seria a gestão florestal das ZIF e dos grupos de baldios que aqui nunca foram falados. Eu julgo que, tanto uns como outros são obrigados, e fizeram um esforço muito grande em Plano Florestal, em Planos de Utilização de Baldios,

houve já um esforço de tentar perceber quais eram as suas lógicas e essa tem que ser uma intervenção geograficamente interessante; eu julgo que essa deveria ser a primeira prioridade porque estamos a falar de áreas que são 500 000 ha para grupos baldios, 800 000 ha para ZIF, se conseguirmos ter essas componentes fortes do território sujeitas a Plano de Gestão Florestal e concretizadas no terreno, julgo que era fundamental e, para isso, era criar todos os mecanismos que estavam previstos, não é preciso inventar nada julgo eu, é questão das associações florestais, e dos sapadores florestais que lhes estão associados, estarem envolvidas, dos Municípios estarem envolvidos, de ser feito o cadastro, portanto há aqui assim um conjunto de peças que, se forem canalizadas para o apoio às ZIF e grupos de baldios, o país ganharia imenso com isso e, sobretudo, o próximo quadro comunitário deveria, julgo eu, dar um ênfase muito prioritário a essas áreas.

Uma segunda área que me parece fundamental é esta formação sobre o uso do fogo, esta julgo ser absolutamente fundamental tanto na prevenção como no combate e aqui, digamos, tem que se distinguir o que poderá ser o corporativismo do que é exigência e eu julgo que não se pode prescindir minimamente da questão da exigência. Quer dizer, portanto, muitas das acusações que julgo injustas, feitas sobre o corporativismo, são questões de exigência e julgo que não podemos transigir minimamente nas questões da exigência tanto na prevenção, no uso do fogo na prevenção, como no uso do fogo no combate. Julgo que essa é uma peça essencial porque senão arriscamo-nos a destruir o próprio instrumento que queremos potenciar. É um risco que não podemos correr e julgo que esse é uma ênfase que tem que ser dado, muito grande.

Uma terceira área que julgo fundamental é a questão da biomassa, acertar o que deverá ser a lógica pública de apoio à utilização da biomassa e associá-la, como estava originalmente previsto, a esta externalidade

positiva que é a redução dos incêndios florestais; se não for isso, de facto, as centrais de biomassa, maiores ou mais pequenas, estão a funcionar exatamente ao contrário daquilo que deviam estar. Julgo que estas três áreas são áreas em que a Assembleia da República poderia intervir e que me parecem fundamentais e que são de médio e longo prazo.

Finalmente só um registo, a questão dos ciclos temporais em que estas coisas funcionam. Julgo que a região do globo onde estas situações podem ser mais bem descritas é o Este da Austrália. No Este da Austrália, há 50 anos, depois de grandes incêndios, fizeram uma Comissão Parlamentar da *Commonwealth*. Depois disso fizeram um quadro de acompanhamento em que houve a utilização do fogo controlado sobretudo na gestão de muitas daquelas áreas, muitas delas com eucaliptos, com interesses de conservação da natureza e algum de proteção, mas sobretudo de conservação da natureza e há 50 anos que mantêm a mesma lógica de que cerca de 5% a 10% da área era palco de fogo controlado que ia reduzindo o combustível sistematicamente, portanto todos os resultados que víamos e todas as imagens que víamos, da Austrália, eram da costa Leste, com grandes incêndios, etc. A costa Oeste estava relativamente poupada porque manteve durante várias décadas a mesma lógica. Essa lógica, vítima do seu próprio sucesso, está a ser um pouco abandonada, dizem que o fumo poderá ser contraproducente e quando se retira essa lógica recomeçam automaticamente os incêndios, a natureza regula o processo; se nós não o regularmos, a própria natureza o regula e, portanto, o problema está por aí. Precisamos de uma política com estabilidade, julgo que há um conjunto de áreas em que há unanimidade, a lei de bases da política florestal, o sector florestal é um sector, felizmente, com grande unanimidade em termos de opções políticas, as ZIF, os grupos de baldios,

são tudo áreas em que há unanimidade e esta questão do uso do fogo também é fundamental.

Uma última palavra, o esforço de formação que se fez nos GAUF (Grupos de Análise e Uso do Fogo) — uma formação muito poderosa e que os põe ao nível do que se faz noutros países, na Califórnia, na Austrália, na Argentina, etc. — foi sendo descaracterizada e isso tem influencias muito grandes na efetividade do combate porque tira de um sector importante uma ferramenta que é fundamental, que os fogos combatem-se sobretudo, digamos, a água tem grandes limitações e estas ferramentas, que são fundamentais, têm que ser exigentes mas têm que ser cada vez mais utilizadas.

O Sr. **Coordenador**: — Muito obrigado. Não sei se o Prof. José Cardoso Pereira quer intervir, faz favor.

O Sr. Prof. **José Miguel Cardoso Pereira**: — Sim, uns minutos. Queria sobretudo reforçar uma coisa que se o Sr. Vereador António Louro mencionou relativamente aos grandes incêndios e à eficácia atual do sistema de combate. De facto, ultrapassam o limiar dos 100 ha de área uma percentagem mínima de fogos...

O Sr. Eng. **António Louro**: — 196 em 18 000.

O Sr. Prof. **José Miguel Cardoso Pereira**: — Pois, estamos abaixo de 1%, portanto o sistema de primeira intervenção é extremamente eficaz. Agora, outra leitura deste problema: numa média, olhando e trabalhando como nós fizemos com 30 anos de dados, em cada ano mais de 80% da área queimada em cada ano ocorre num período de 12 dias — de 10 a 12

dias — portanto o fogo é um fenómeno que ocorre com uma brutal concentração quer no espaço, quer no tempo; são meia dúzia de grandes incêndios que fazem uma época muito má, e são 10 a 12 dias que fazem uma época muito má. Isto, para mim, é dos argumentos mais fortes que podemos ter para investir mais na prevenção, para equilibrarmos mais a coisa, porque só podemos combater aqueles fogos quando eles estão a acontecer. Só os podemos combater naqueles 12 dias, a prevenção podemos fazer o tempo todo e, portanto, a capacidade de distribuir os recursos faseadamente e de intervir de forma planeada, está do lado da prevenção. O combate é a emergência que nós não controlamos quando acontece e que tem estas características de concentração absolutamente brutal e, portanto, ter um sistema permanentemente dimensionado — ou nem digo permanentemente, mas durante três ou quatro meses no ano — para responder a picos de atividade desta dimensão, é incomportável, o que nós temos que fazer é intervir no território, na prevenção, para que o território não suporte nem proporcione que ocorram estes picos de atividade. Voltando a fazer analogia, como já fiz antes, com outros sectores de preocupação da sociedade, imaginem o que seria se 80% das solicitações ao Serviço Nacional de Saúde durante um ano, ocorressem em 12 dias. Como é que era? Se 80% do tráfego que circula nas estradas portuguesas o fizesse em 12 dias, durante um ano? Os sistemas rebentavam completamente, portanto o que se está a fazer no combate é de facto notável, o grau de sucesso já é notável, mas a natureza do fenómeno é esta: o que importa são meia dúzia de eventos extremos. Quando trabalhamos estatisticamente o assunto, para caracterizar a distribuição dos tamanhos dos fogos, que são meia dúzia de fogos enormes e milhares de fogos minúsculos, usamos uma ferramenta que se chama distribuição estatística e usamos a distribuição de pareto truncada, que é a distribuição que se usa

para caracterizar as desigualdades dos rendimentos nos países de terceiro mundo, onde temos meia dúzia de hipermilionários e uma população completamente empobrecida. São os mesmos descritores estatísticos que nos caracterizam estes fenómenos, meia dúzia de fogos gigantescos e 25 000 minúsculos, muito deles abaixo de 1 ha e, portanto, a concentração num fenómeno extremo faz com que o combate tenha estas enormes limitações, mesmo quando é extremamente eficiente apanha... no ano 2003, 1% dos fogos foi responsável por 90% da área queimada, portanto 200 fogos foram responsáveis por arderem 400 000 ha, os outros 19 800 fogos foram responsáveis por arderem 40 000 ha. Agora, claro que é muito difícil melhorar a eficiência de um sistema que está a responder a 90%, a 95%, a 99% dos eventos e, portanto, o esforço socialmente eficiente e útil tem de ser mais deslocado para fazer com que o território não dê oportunidade a que estas situações meteorológicas extremas se traduzam em eventos desta dimensão, porque depois a meteorologia não escolhe e estão a acontecer 5, ou 8, ou 10 ao mesmo tempo, com a dispersão de meios, que não é: «Nós temos não sei quantos homens, a época de incêndios são 120 dias, portanto a coisa está distribuída.»; não, não é assim! Durante a maior parte do tempo passa-se muito pouco e depois há 10 a 15 dias em que se perde o controlo da situação. Faz-me lembrar a descrição que se faz da vida de um militar, que são longos períodos de tédio interrompidos por episódios de terror, isto é o que se passa aqui. São longos períodos em que não se passa grande coisa e, de repente, abre-se a porta do inferno e é muito difícil e pouco eficiente intervir exclusivamente na emergência, sem ter feito muito trabalho a montante para prevenir que a emergência possa assumir caracter tão extremo.

O Sr. **Coordenador** (António Filipe): — Muito obrigado. Sr. Dr. António Louro, depois o Sr. Prof. Francisco Guerreiro quer...

O Sr. Prof. **Francisco Guerreiro**: — O estrangulamento das ZIF, Sr. Deputado Miguel Freitas. É muito simples, o país fez uma lei em que quis «meter o Rossio na Rua da Betesga» e diz que nós precisamos de organizar, em todo o país, independentemente da propriedade, precisamos de articular os proprietários entre eles e precisamos de uma estrutura tipo condomínio; e depois a lei, ao mesmo tempo, até no seu intróito, diz que precisamos de caminhar para a gestão, precisamos de melhorar a gestão e acabámos por meter as questões de condomínio, de interesse de articular proprietários em todo o território na mesma lei que prevê estruturas de gestão comum desse território. Então, o que é que a lei fez? Os que a lei, de forma enviesada — porque tem medo da gestão comum — diz: «Isto não presta, porque tem aqui gestão comum, isto não me interessa» e há muita gente que tem interesse, tem dimensão, tem escala, que não necessita efetivamente da gestão comum, esses ficam contra a lei no seu todo, esquecendo aquela parte inicial que lhes fazia muita falta, que era o condomínio, porque há lá partes na lei que não gosta; aquelas zonas em que se percebe que o que precisamos é de estruturas de gestão mais eficazes, caminhar nesse sentido, olham para aquilo e percebem que é uma estrutura de condomínio e pouco mais, com uma alínea que abre a porta à gestão, portanto a lei — metendo tudo da mesma forma embrulhada — assusta uns e outros; a mim não me preocupa porque a lei, mesmo como está, dava para nós fazermos caminho. Acho que nesta renovação que está prevista, podia-se ter separado isso, clarificar na lei, dizer assim: «Não, todas as ZIF nascem de condomínio, elas pretendem fazer aquilo que é basilar, que é articular proprietários numa determinada região para fazer aquilo que é

comum». O que é que é comum? Aceiros, manutenção de caminhos, pontes de água, uma vigilância mais apertada, coisas que são de interesse comum, com a filosofia de que cada um gere a sua propriedade. Isto é transversal a todo o país, esta necessidade. Depois, deveria ter uma alínea que dissesse: «Nas regiões onde houver proprietários que estejam interessados em dar o passo seguinte, então as ZIF passarão a outro nível» e, portanto, tínhamos um nível de exigência para os aderentes ao condomínio, e outro nível de exigência, perfeitamente claro e separado, para a gestão; portanto o proprietário podia dizer: «Isto interessa-me, sim senhor, mas vou ficar aqui no condomínio. Aqueles, se quiserem, que continuem para a gestão» e separávamos os problemas. Não, temos as coisas muito embrulhadas, não estão claras de perceber e não estão claras de ultrapassar. Espero que nesta revisão que aí vem se consiga clarificar isto melhor, passámos muito tempo — eu, pessoalmente, passei muito tempo — a tentar pôr uma alínea a falar claramente de «gestão total», agora vai ser provavelmente transformada em «administração total», acho que é uma perda de tempo mudar uma palavra que custou tanto a chegar lá e que estava interiorizada, que era «gestão total do território» para «administração total», é só uma complicação que fica e que acho que não valia a pena. O que embrulhou mais as ZIF foi o facto deste quadro comunitário ter sido elaborado não contando com elas, ou seja quando a figura das ZIF estava robusta, em termos jurídicos, em Portugal, já o quadro estava desenhado, então fomos às alíneas todas das ajudas e dissemos: «Há uma ajuda para a floresta, para fazer intervenções em caminhos» e acrescentou-se «vírgula, e as ZIF até têm prioridade» e depois fomos à outra que dizia: «Podem-se fazer intervenções em pinhal bravo», «vírgula e as ZIF têm prioridade». Meus amigos, isso não funciona porque essas medidas foram pensadas da perspectiva do proprietário individual e as ZIF têm que olhar para o coletivo. Tem que gerir e tem que integrar 2000

propriedades de 600 proprietários. Resultado: ninguém conseguiu utilizar, a não ser fazendo ali umas engenharias para conseguirem fazer de conta que tal e coisa, e conseguiram fazer algumas candidaturas, os outros não. Se este próximo quadro comunitário contar com uma figura estruturante difícil de gerir, complexa como as ZIF, prever uma coisa que é essencial, que é projetos de território, nós não precisamos de intervenções parciais por culturas, precisamos de projetos de território e uma das coisas que eu acho para a qual a ZIF até devia caminhar era no sentido de deixarmos, por exemplo, na fase de condomínio falarmos da ZIF (Zona de Intervenção Florestal) e, na fase de gestão total, falarmos na ZIT (Zona de Intervenção Territorial), multicultural, de modo a poder explorar as várias valências do território, e não apenas a floresta.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Na sua opinião, o que está a ser construído responde a essa questão?

O Sr. Prof. **Francisco Guerreiro**: — Não. Ainda não, infelizmente ainda não. Gabinetes Florestais, eu acho que ganhariam numa lógica porventura multimunicipal, dependendo da área florestal desses concelhos. Eu, por exemplo, sou de um concelho que tem 40 000 ha, nem dois técnicos dão conta daquilo, portanto se ainda tivesse que partilhar esses recursos com outro concelho que também tem 40 000 ha de área florestal, tínhamos que ter um gabinete com 10 ou 15 técnicos...

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — A minha dúvida era se um gabinete com um técnico é a mesma coisa que um gabinete intermunicipal com dois técnicos.

O Sr. Prof. **Francisco Guerreiro**: — É preferível, se calhar, um gabinete intermunicipal com dois técnicos, do que um gabinete só com um técnico municipal. Só que no meu concelho, por exemplo, nós já tínhamos gabinete florestal antes de haver legislação e de haver gabinetes florestais, e nunca tivemos um, e neste momento temos três, portanto foi um bom projeto, que importa não deixar cair, mas acho vergonhoso que os municípios em Portugal, para tratar daquilo que é uma competência sua, que é a Gestão e o Ordenamento do Território, do seu território rural, tenham que ter uma ajuda dos contribuintes portugueses, através do gásóleo, para ter um técnico da área florestal. Os Municípios — e eu sou Vice-Presidente do Município de Mação, não tenho pejo em dizer isto aqui — é uma vergonha que tenham que ir “sacar” dinheiro ao Fundo Florestal Permanente para ter nos seus quadros um técnico da área florestal, quando não precisam de ajuda para os engenheiros civis, arquitetos, ação social, não precisam de ajudas para área nenhuma, mas para a área florestal só é viável se tiverem ajuda do Fundo Florestal. Peço ao parlamento que olhe para isso com cuidado porque a importância do Fundo Florestal era podermos fazer coisas com aquele dinheiro, que não tínhamos instrumentos financeiros para o fazer. Tornámo-lo perfeitamente refém das obrigações comuns do Estado. O Programa de Sapadores é importante, mas “come” grande parte do dinheiro do Fundo Florestal Permanente e nós não temos dinheiro para fazer aquelas coisas extraordinárias como, por exemplo, era fazer uma ZIF modelo no País, 2 milhões de euros para termos uma ZIF modelo de gestão total, onde testássemos a dificuldade legal do processo, quais os contratos que têm que ser elaborados, como é que temos que interagir com os proprietários, onde pudéssemos ganhar experiência a resolver problemas antes de mandar a lei para o País no seu todo. Eu ando há 10 anos a tentar que me arranjem 2 milhões de euros para fazer uma ZIF

modelo de gestão total e este País não consegue, mas consigo ver que este País gasta 80 milhões de euros no combate. Se somarmos 10 anos a 80 milhões de euros, estamos a falar de 800 milhões de euros.

Corporativismo no fogo controlado, tenho a impressão que sim. Importa que uma técnica daquelas não fique refém de meia dúzia de pessoas, ainda que seja de difícil utilização, de rigoroso controlo, não podemos estar num fogo à espera de uma equipa que está a 300 km e que ainda está a acabar outra intervenção. Uma das importâncias do fogo no combate, é o momento, por isso é que digo que tem que ser o Comandante dos Bombeiros local a ter formação, ele não pode estar uma hora à espera porque cinco minutos depois já não vai dar! Tem que ser naquele minuto em que ele vê: «É agora, aqui há condições, vou pôr os carros todos aqui, tem que ser agora», se ele estiver meia hora à espera, podem vir os técnicos melhores do mundo, que já não chegam a tempo.

O Sr. **Coordenador**: — Muito obrigado. O Sr. Prof. Francisco Rego quer fazer uma observação. Seja breve, estamos muito atrasados. Tem a palavra.

O Sr. Prof. **Francisco Rego**: — Uma é exatamente esta necessidade de formação, por exemplo, o fogo controlado é um termo que usamos para a prevenção e não para o combate, portanto só a esse nível é importante perceber que estamos a falar, se calhar, de coisas diferentes, portanto julgo que a informação é fundamental, mas a última nota era a questão da escala. Para primeira intervenção a escala local, dos bombeiros locais é fundamental, estamos bem, não há aí grandes problemas; depois, a partir do momento em que a ocorrência ganha dimensão, a escala espacial é completamente diferente. E a escala temporal também, quer dizer é muito

difícil um Comandante de Bombeiros ter alguma experiência de incêndios de grande dimensão quando eles ocorrem uma vez, eventualmente, na sua vida, quer dizer ele pode não ter assistido a coisa nenhuma. Qual é, geralmente, a solução para esta questão? É passar a formação de uma escala local para uma escala espacial bastante maior. E aqui julgo que era fundamental criar a escala europeia, uma coisa que não estava aqui ainda equacionada, mas que para a gestão de grandes incêndios a escala europeia deveria ser fundamental e, sobretudo, os mecanismos de intervenção e comuns, o MIC e os outros mecanismos, deviam prever essa situação porque, como são eventos muito raros e não simultâneos — quando está a arder... grandes catástrofes na Grécia, não está em Portugal, quando em Portugal, não está na Itália, etc. — se houver mecanismos de intervenção e de apoio que, neste momento, são apenas os aviões, que são o menos efetivo, o que seria mais barato e que poderia, de facto, ser mais efetivo era a criação de mecanismos intervenção para combate de grandes incêndios florestais a nível europeu. Aí, sim, julgo que poderia ser muito mais útil do que esta troca, apenas, dos aviões; seria muito mais barato, julgo que seria muito mais efetivo e já há competências para isto instaladas nos vários países. Isto permitiria que comandantes mais especializados do nosso país pudessem intervir e assistir à gestão de grandes incêndios noutros países e ganhar, com isso, a formação que era necessária para a eventualidade de um acontecimento destes em Portugal.

O Sr. **Coordenador**: — Sr. Professor, muito obrigado.

Terminamos esta audição, quero agradecer ao Prof. Francisco Rego, ao Prof. José Cardoso Pereira e ao Eng.º António Louro a contribuição que nos deram, que creio que foi extraordinariamente interessante. Se virem interesse em fornecer-nos algum elemento escrito que considerem

relevante, agradecemos, e está concluída esta audição, passaremos à próxima dentro de breves instantes. Já cá estão os nossos convidados para a audição seguinte. Muito obrigado.